

Reforma agrária no contexto da economia solidária

Edi Augusto Benini

Mestre em Administração Pública e Governo pela EAESP/FGV (2004)
Professor Assistente da Universidade Federal do Tocantins - UFT
Endereço Postal: Quadra 308 sul, Alameda 10, Lote HM 1.2/4, Apto 208. CEP: 77021-068.
Palmas, Tocantins, Brasil.
Telefone: (63) 3225-1775
E-mail: edibenini@hotmail.com

Elcio Gustavo Benini

Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2008)
Endereço Postal: Rua Aparecida, n. 548, casa 1. Vila Progresso. Cep 79050-470. Campo
Grande, Mato Grosso, Brasil.
E-mail: elciobenini@yahoo.com.br

Resumo

Se a Reforma Agrária é uma política pública de mudança social, na qual está conjugada a questão da propriedade com a busca de outro modelo de desenvolvimento, de lógica diferente da dominante, passamos a refletir sobre o atual modelo de Reforma Agrária promovido pelo Estado, e qual o tipo de desenvolvimento que ele implica. Posto esse quadro, recuperamos de forma crítica a proposta atual de se constituir uma economia baseada na solidariedade, esclarecendo que tal solidariedade não pode ser reduzida a um tipo de autogestão restrito a pequenos grupos, mas precisa ter, sobretudo, uma perspectiva totalizante. Articulando as possibilidades da proposta de Economia Solidária com os desafios enfrentados pela Reforma Agrária, concluímos que a mesma somente poderá se qualificar, como uma ação de mudança social, se for orientada por um conjunto de políticas públicas que busquem um tipo de desenvolvimento baseado na autogestão social, integrada e sistêmica.

Palavras-chave: políticas públicas; reforma agrária; desenvolvimento; autogestão; mudança social.

Resumen

Reforma Agraria en el Contexto de la Economía Solidaria

Si la Reforma Agraria es una política pública de cambio social, que es la cuestión de la propiedad junto con la búsqueda de otro modelo de desarrollo, diferente de la lógica dominante, comenzamos a reflexionar sobre el modelo actual de la reforma agraria promovida por el Estado, y qué tipo de desarrollo que implica. Dado este marco, para recuperar la crítica actual propuesta de establecer una economía basada en la solidaridad, diciendo que esa solidaridad no puede reducirse a una especie de autonomía restringida a pequeños grupos, sino que debe tener, ante todo, una perspectiva totalizadora. Articulando las posibilidades del proyecto de solidaridad económica con los desafíos que enfrenta la Reforma Agraria, llegó a la conclusión de que sólo podrán ser elegibles, como una acción de cambio social, si es guiada por un conjunto de políticas públicas que buscan un tipo de desarrollo basado en la libre social, integrado y sistémico.

Palabras-clave: políticas públicas; reforma agraria; desarrollo; autónomo; el cambio social.

Abstract

Agrarian Reform in the Context of the Economy Solidarity

If the Agrarian Reform is a public policy of social change, which is the question of ownership coupled with the search for another model of development, different from the dominant logic, we began to reflect on the current model of agrarian reform promoted by the state, and what type of development it entails. Given this framework, to critical retrieve the current proposal to establish an economy based on solidarity, saying that such solidarity cannot be reduced to a kind of self restricted to small groups, but must have, above all, a totalizing perspective. Adding the possibilities of the proposed Economic Solidarity with the challenges faced by the Agrarian Reform, concluded that it may only be eligible, as an action of social change, if guided by a set of public policies that seek a type of development based on self social, integrated and systemic.

Keywords: public policy; agrarian reform; development; self-manager; social change.

Introdução

Para elaborar o presente texto, utilizamos duas bases de reflexão e análise. A primeira originada nas ações da reforma agrária, e segunda apoiada em vários estudos acadêmicos sobre a economia solidária.

Para a primeira base de estudo, foi considerado um conjunto de informações e conhecimentos adquiridos, por um dos autores desse artigo, durante 22 meses (maio de 2006 a fevereiro de 2008) de trabalho no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Regional do Tocantins. Nesta experiência, teve-se a oportunidade de, além do acompanhamento de alguns projetos de assentamento em suas diferentes etapas, desenvolver, ainda que de forma muito incipiente, formas de se organizar a comunidade e de se criar uma identidade coletiva. Levando em conta a constante reflexão elaborada em cada trabalho de campo executado, estaremos considerando tal experiência, a título deste texto, como uma pesquisa participativa não sistemática.

A luz dessas considerações apontadas, tecemos algumas problemáticas sobre a atual forma de se promover o Plano Nacional de Reforma Agrária, questionando primeiro qual o seu objetivo e quais as conseqüências para o mundo do campo, especialmente quando se escolhe esta ou aquela meta ou tipo de desenvolvimento. Grosso modo, podemos situar tal campo de escolha entre a perspectiva de se promover uma Reforma Agrária enquanto uma política de desenvolvimento ou enquanto uma política compensatória. Para entendermos melhor esse dilema, discutimos a própria noção que a palavra “reforma” traz, advogando que a mesma pode conter, intrinsecamente, o conceito de mudança social. Será a partir dessas ponderações iniciais sobre a Reforma Agrária, inclusive questionando o tipo de agricultura familiar que ela vem promovendo, é que se buscou na proposta de economia solidária uma discussão diferenciada sobre desenvolvimento.

Nesse ponto, já como segunda base para a elaboração do presente artigo, existe todo um conjunto de pesquisas e críticas acumuladas pelos autores nesses vários anos de pesquisa, sobre a proposta de economia solidária, sendo inclusive tema de duas dissertações de mestrado: uma sobre “políticas públicas para a economia solidária” (BENINI, 2004) e a outra sobre as “possibilidades e limites e inserção e emancipação social no capitalismo” (BENINI, 2008).

Dessa forma, estamos articulando nesse texto não um projeto ideal de economia solidária, projeto este articulado por um conjunto de movimentos sociais e/ou instituições, mas sim um arcabouço crítico-teórico que leva em conta principalmente suas próprias contradições na sua práxis. Como resultado desse longo processo de pesquisa e reflexão, passamos a diferenciar o projeto normativo de se constituir uma economia baseada na solidariedade das práticas concretas de economia solidária existentes, e problematizar as

contradições latentes que existem entre a proposta (ou mesmo o discurso) com a realidade dos empreendimentos dito solidários. Tendo em vista tais contradições apontadas, é que procuramos explicitar, por meio do método dialético, outros caminhos, derivados dessas mesmas contradições, de desenvolvimento que impliquem na própria noção de mudança social. Resumidamente, entendemos que esse caminho está na constituição de um sistema econômico orgânico baseado na autogestão social, um patamar superior a simples reunião em rede de cooperativas e associações, que praticam um tipo de autogestão limitada a pequenos grupos de ajuda mútua.

A Reforma Agrária hoje e suas problemáticas

A primeira idéia que vem quando se fala em Reforma Agrária é sem dúvida a questão da terra. Quando se resgata todo o histórico da concentração fundiária no nosso país, começando desde as capitâneas hereditárias, passando pela abolição da escravidão com as primeiras regulamentações da propriedade fundiária, até o Estatuto da Terra, salta aos olhos a imensa injustiça social pela qual viveu e ainda vive o trabalhador do campo. Essa injustiça social se expressa tanto na pobreza e baixa qualidade de vida do trabalhador rural, causada por esse processo histórico de exploração e usurpação, como no próprio processo de migração para cidade, explicada muito mais pela expulsão do campo do que pela atratividade da cidade.

Fato irrefutável é que o trabalhador do campo foi desposado dos seus meios de produção (especialmente a posse da terra), induzindo-o a um processo de segregação social crônico, expresso numa situação na qual alguns proprietários rurais acumularam uma riqueza exorbitante, ao mesmo tempo em que um grande contingente de trabalhadores rurais vive uma situação de pobreza, miséria e abandono.

Nesse aspecto essencial, é consenso na opinião pública e em vários setores da sociedade civil a necessidade de se cumprir à Reforma Agrária, esta enquanto política de resgate da imensa dívida social que a sociedade brasileira tem com o seu povo, dessa forma, a luta pela Reforma Agrária qualifica-se como uma bandeira de luta histórica de todo um povo.

Entretanto, apesar da grande conquista dos movimentos sociais, que foi justamente a de colocar a Reforma Agrária na agenda das Ações de Estado (políticas públicas), por meio do Estatuto da Terra e da conseqüente criação de um instituto específico para isso (o INCRA), vários pontos não menos importantes continuam em aberto.

Entre esses pontos em aberto, queremos destacar a própria noção de “reforma”. Se o termo “Reforma Agrária” nasce da luta dos trabalhadores do campo por justiça social, temos claramente um sujeito: os trabalhadores rurais, e um objeto: a questão agrária. Tendo em vista tal contexto é que podemos ponderar melhor o texto “reforma agrária”. Em primeiro lugar a palavra reforma traz consigo a idéia de mudança. Mas mudar o que? Mudar apenas o regime de posse ou propriedade da terra ou mudar a própria lógica de exploração e acumulação que causou o quadro de injustiça social no campo? Lembrando que foi justamente para combater este quadro que houve a organização de vários movimentos sociais de defesa do trabalhador rural.

Ora, se o objetivo da Reforma Agrária é o de promover justiça social no campo, por meio de se criar condições de se produzir e de se viver dignas para o trabalhador rural, então a questão fundiária passa a ser um dos meios para esse objetivo, e não, como ela é vista hoje, na questão principal das políticas de reforma agrária.

Focar corretamente os objetivos de uma dada política ou mesmo de uma bandeira de luta não tem apenas implicações literais, mas também sérias conseqüências concretas. Enquanto se reduz, grosso modo, a política de Reforma Agrária a questão da propriedade da terra, temos com isso a criação de uma série de problemas ou equívocos, a saber: a criação ou mesmo a inflação de um preconceito contra o homem do campo, acusado de apenas buscar um lote de terra para depois comercializar e obter algum ganho fácil e o desenho de um conjunto de políticas públicas para viabilizar os projetos de assentamento

(como o crédito instalação, Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, construção de infra-estrutura), de forma tal que apenas se reproduz a mesma lógica da acumulação capitalista. Neste horizonte, não se prioriza a constituição de uma política de desenvolvimento que possibilite não apenas o acesso a terra e a desconcentração fundiária, mas a própria emancipação sócio-econômica do trabalhador rural. Na falta de uma proposta de desenvolvimento de outro tipo, o conjunto de políticas públicas, disponibilizadas para a Reforma Agrária, é aplicado de forma fragmentada e com pouco planejamento de longo prazo, focadas na questão imediata da mera sobrevivência das famílias assentadas, o que as confere um caráter de políticas públicas compensatórias.

Não por acaso, vários estudos acadêmicos tem enfatizado que o INCRA hoje promove, na maioria dos casos, a criação de verdadeiras “favelas rurais”, e de certa forma, somos obrigados a concordar com essa assertiva. Infelizmente as próprias metas do INCRA vêm enfatizando por demais aspectos quantitativos, como o número de famílias assentadas, valor dos créditos aplicados, entre outros, não havendo nenhum dado sobre o ganho ou mesmo progresso (por falta de outro termo) econômico das famílias assentadas.

Pelo o exposto, é que advogamos aqui a necessidade da ampliação do próprio conceito de Reforma Agrária para uma perspectiva de desenvolvimento, de mudança social propriamente dita. Nesse sentido, falta nas políticas de reforma agrária uma verdadeira sociologia da mudança: afinal o que significa mudar?

Se entendemos que o objetivo da Reforma Agrária é construir uma nova realidade para o trabalhador rural, realidade esta na qual ele tenha condições para exercer uma cidadania plena, ser sujeito da sua história, protagonista do seu desenvolvimento, a noção de mudança social ganha um conjunto de elementos articulados: mudar a estrutura fundiária, o regime de posse ou propriedade da terra (ponto inicial já consensuado); mudar as relações de produção, nas quais não cabe mais a relação patrão / empregado, mas sim a organização econômica dos trabalhadores rurais; mudar a matriz produtiva, de tal forma que seja mais intensiva em conhecimento, mais rica na relação homem / natureza seguindo um modelo agroecológico; mudar a cultura popular do trabalhador rural, que durante décadas ficou imersa numa estratégia individualista de sobrevivência, e agora precisa reaprender a conviver em comunidade, e entender que ele faz parte de um coletivo; mudar a própria forma do Estado se colocar perante o processo de promoção desse tipo de reforma agrária, no qual seja mais um agente indutor do que condutor (no frágil limite do paternalismo) deste processo.

Dentro de um processo de mudança como esse, a reforma agrária se qualificaria para além de uma política compensatória das mazelas da pobreza e da exclusão social, possibilitando promover outro tipo de desenvolvimento, e a proposta de economia solidária pode indicar essa alternativa, no exato momento no qual ela venha a propor e a promover uma nova lógica de desenvolvimento.

Economia solidária: contradições que apontam possibilidades

A proposta de economia solidária é comumente confundida com o cooperativismo ou associativismo. Porém o próprio nome “economia solidária” ganha relevo na medida em que é apresentada como resposta ao desemprego, especialmente levando em conta a explicação estrutural das causas das altas taxas de desemprego do mundo contemporâneo.

Entendemos desemprego estrutural aquele cuja causa vem da própria essência do trabalho assalariado. Sabemos que no modo de produção capitalista o trabalho é reduzido à condição de mercadoria, logo, conforme se avança no progresso técnico, especialmente nas tecnologias poupadoras da mercadoria trabalho, menos ofertas de emprego serão geradas, isso porque os benefícios do progresso técnico são apropriados privadamente e não assimilados socialmente (o que implicaria em redução sistemática do tempo de trabalho socialmente necessário). Dado essa contradição inerente ao modo capitalista de produção, a solução do desemprego não estaria no crescimento econômico, o que, ao contrário,

poderia apenas agravá-lo. Isso se explica, em grande medida, porque, paradoxalmente, o aumento da atividade econômica gera mais investimentos, e novos investimentos tendem para uma lógica de atualização da matriz tecnológica produtiva, esta menos dependente do fator trabalho.

Nesse contexto, é que muitos pesquisadores e movimentos sociais advogam que somente dentro de outras relações de produção é que será possível equacionar o problema do desemprego e da exclusão social (retomando, de certa forma, o próprio projeto histórico de emancipação social). Logo, seria necessário que o trabalho se emancipasse da sua condição de mercadoria subordinada a lei do valor, o que significa organizar a produção de forma autogestionária, ou seja, de forma tal que seja abolida a relação patrão / empregado e a subordinação do setor produtivo a lógica de acumulação capitalista, mudança esta que implicaria, por definição, no fim do trabalho assalariado e da sua conseqüente exploração sistemática. Nesse sentido é que se coloca em evidência o cooperativismo e o associativismo, que seriam a forma organizacional, atualmente conhecida, mais voltada para a lógica do trabalho do que para a lógica de acumulação do capital.

Porém, é razoável refletirmos que uma mudança de tal envergadura não poderia se resumir a apenas a proliferação de uma quantidade crescente e indefinida de cooperativas e associações, mas sim a instituição de todo um novo sistema econômico, inclusive com novas instituições estruturantes, contendo funções adequadas e necessárias a lógica alternativa que se quer constituir. É nesse sentido que mais que um movimento cooperativista, chega-se a proposta de se constituir uma economia baseada na solidariedade, o que se convencionou chamar de “economia solidária”.

Tal proposta declara a necessidade, para uma mudança efetiva, de que a base de organização da produção seja formada pela autogestão, contrastando com a lógica do modo de produção capitalista cuja sua base é a das organizações burocráticas, geridas de forma heterogestionária. Essa proposta também elege a solidariedade como eixo principal de sociabilidade, contrastando com a lógica do mercado capitalista baseada na lei do valor e num tipo de competição que tende para uma lógica predatória de sociedade (subjugar o oponente).

Apesar de que a autogestão e a solidariedade terem funções específicas e integradas (no sentido que uma é requisito da outra), tais conceitos tenderam a banalidade em várias interpretações sobre a economia solidária (ouve-se até falar, em alguns debates ou seminários, no “mercado competitivo solidário!”). A autogestão é confundida ora com formas de gestão participativa, ora com instituições e/ou organizações da sociedade civil, ora com a lógica da ajuda mútua de pequenos grupos, ditos “autogestionários”. Mesmo na hipótese de uma cooperativa que tenha 100% de associados e nenhum trabalho assalariado, ainda assim argumentamos que não se teria, a rigor, uma autogestão autêntica, mas apenas um tipo de autogestão de grupo - autogestão *strito sensu* (Benini. 2008), uma vez que, por princípio, só é possível termos, a rigor, autogestão efetiva – autogestão *lato sensu* (Benini. 2008), se for constituído uma sistema de autogestão social orgânico, que de fato contraponha a lógica heterogestionária do trabalho e a lei do valor de troca (ou simplesmente “lei do valor”) do mercado. Por outro lado, a própria idéia de solidariedade é reduzida quase a uma relação entre desiguais, dentro de uma noção de caridade ou doação, e não de uma aliança ou pacto entre iguais.

É exatamente nesse ponto que o discurso e as práticas de economia solidária estão em dissonância entre si. Políticas ditas “promotoras” da economia solidária estão na verdade buscando criar um conjunto de cooperativas e/ou associações (qualificadas como “empreendimentos solidários”) e **não estão promovendo**, de fato, qualquer projeto de uma nova economia, baseada na autogestão e na solidariedade, que seria conhecida como “economia solidária”.

Se por um lado temos essa dissonância, que revela o não reconhecimento da real natureza de uma prática (ou mesmo uma abordagem extremamente superficial por parte dos seus articuladores), por outro lado temos, na realidade concreta dos chamados “empreendimentos solidários”, a configuração de uma contradição propriamente dita. Essa contradição diz respeito às tentativas de se implantar “autogestão de grupo” dentro da lógica

do mercado capitalista, ou, olhando por outro ângulo, implantar a **solidariedade** de um grupo de trabalhadores imersos num cenário maior regido pela lei do valor (a competição, e a conseqüente segregação “perdedores” / “vencedores”, é estrutural do mercado capitalista), o que os leva a **competir**, com outros trabalhadores e/ou organizações produtivas, ora por mercado, ora por projetos de apoio ou fomento. Tais contradições demonstram claramente que uma proposta efetiva de se constituir uma economia baseada na solidariedade (na qual seja abolida a condição de mercadoria do trabalho e contestado a lei do valor de troca), só é possível dentro de uma perspectiva sistêmica organicamente instituída. Nesse horizonte, cada núcleo produtivo (hoje o elemento similar a um núcleo produtivo poderia ser entendido, grosso modo, como sendo as cooperativas), estaria integrado a um todo maior, coordenados por um tipo de governança autogestionária, o que culminaria, necessariamente, na configuração de um sistema de autogestão social orgânico, estruturado no valor de uso (necessidades concretas equacionadas pelo trabalho disponível).

Isso não significa que as práticas ditas solidárias sejam equivocadas ou estejam no caminho errado, uma vez que somente podemos avançar numa, digamos, síntese superior (resolução de uma contradição), por meio da criação de antíteses (projetos alternativos) questionadoras da lógica atual (a “tese” dominante).

O que vemos como problemático são as interpretações dessas práticas, transmutando-as artificialmente como sínteses (soluções já acabadas) e não como um processo contestador da lógica em voga, com todos os seus limites e equívocos, mas também abrindo novas possibilidades.

Logo, podemos entender a economia solidária como um quebra cabeça, cujos elementos principais ainda estão para serem constituídos ou descobertos dentro do seu movimento. Temos sim alguns outros elementos já experimentados e implantados que são valiosos pontos para se avançar num momento oportuno. Na nossa leitura, o grande desafio da proposta da economia solidária seria vencer o atrito inicial (por em movimento), **um conjunto sistêmico e orgânico** dotado de um arranjo institucional amarrado dentro de uma governança autogestionária. Se formos fazer analogia a receita de um bolo, podemos ainda pensar que, grosso modo, hoje temos muitos elementos (ingredientes) que podem ou poderiam compor esse bolo (a economia solidária), como as cooperativas, as associações, as redes de troca, o crédito solidário, moedas sociais, entre outros, mas assim como não existe uma única receita (podemos ter diferentes tipos de “bolo”), também no mundo real não se pode determinar uma receita para um projeto de mudança social, seria algo um tanto quanto prepotente e inadequado, mas por outro lado é perfeitamente razoável buscar desvendar quais são os elementos estruturantes. No caso do “bolo” o elemento ou ingrediente estruturante seria o fermento, pois nenhum tipo de bolo “cresce” sem fermento, já no caso da “economia solidária” esse elemento, o seu “fermento”, estaria justamente na **instituição de um conjunto sistêmico de autogestão social**, seu componente organizador e uma nova estrutura.

A Reforma Agrária enquanto desenvolvimento solidário

Tendo em vista todos os desafios enfrentados pelo trabalhador rural, especialmente dentro do horizonte da realização plena da reforma agrária, e as possibilidades, apontadas aqui, da proposta de se constituir uma economia baseada na solidariedade, é que inferimos que uma Política Nacional de Reforma Agrária urge se qualificar, além de uma política pública compensatória, mas, sobretudo como uma política pública de desenvolvimento.

Enquanto política pública compensatória, por um lado há a urgente e necessária ação de defesa da vida de seres humanos. Entretanto, além desta sobrevivência imediata, é necessária ainda a reparação de uma grave injustiça social, que formou todo um emaranhado de subordinação social, política e econômica que dificilmente será quebrado sem ações emancipatórias, promovida dentro do escopo de uma política de desenvolvimento.

Além disso, o próprio modelo hegemônico de desenvolvimento precisa ser ele mesmo questionado e substituído por outro, que tenha um conteúdo cunhado a partir da lógica do trabalho e não da do capital, caso contrário, tais políticas, ainda que sejam “políticas públicas de desenvolvimento”, tenderiam a apenas reproduzir, sob outra roupagem, a mesma lógica de exploração e acumulação, que no passado se materializou num quadro de injustiça social no campo.

É justamente nesse ponto de inflexão que vislumbramos uma janela de oportunidade, no sentido que o tipo de desenvolvimento necessário para uma reforma agrária plena seria um desenvolvimento que tenha como horizonte a constituição de um modelo de economia solidária, em outros termos, qualificar a reforma agrária como uma “política pública de desenvolvimento solidário”.

Nessa perspectiva, uma série de ajustes e mudanças far-se-ão necessários na forma como hoje ela é implementada, por meio de um conjunto de políticas públicas executadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário / INCRA, o Plano Nacional de Reforma Agrária, ou mesmo a construção coletiva de um novo plano nacional.

Em primeiro lugar a própria idéia de assentamento precisaria ser revista. Mais que um conjunto de lotes para os agricultores familiares, dotados de algumas infra-estruturas básicas, na lógica do desenvolvimento solidário a meta seria a constituição de verdadeiras comunidades rurais, nas quais o ponto de referência seria a constituição de uma identidade coletiva, com seus próprios ritos e atividades culturais, um verdadeiro núcleo irradiador de todo um processo amplo de mudança. Mudança no sentido de outras formas de convivência social, outros tipos de arranjos produtivos, formas de organização política organicamente articuladas, enfim, mudança na relação propriedade / comunidade e na própria relação básica homem / natureza.

Especialmente no que diz respeito a produção, a lógica de desenvolvimento hegemônica insiste em negar o fato que a atividade produtiva é, antes de tudo, uma realidade social. Nesse sentido, os grandes empresários do chamado agronegócio tem seus próprios meios de regular sua produção individualizada, dentro de uma realidade social vulgarmente chamada de “mercado”. Não cabe a ele decidir qual produto produzir, em que quantidade e em que nível de preço, mas sim captar um conjunto de informações que demonstram como outros produtores estão planejando suas próximas safras, e quais as tendências de consumo. Entretanto, a assimetria de informações é regra geral e como não há outros meios de coordenação produtiva, a própria lógica do capital compensa tal inconveniente por meios de mecanismos de proteção, como o seguro, a estocagem, contratos de venda a preço futuro, e o próprio capital já adquirido anteriormente (a lógica do capital é de credenciar, para um maior risco, quem já acumulou “gordura” suficiente para “queimar” num ciclo de baixa).

Enquanto isso, o agricultor familiar está despojado desses privilégios e mecanismos. Sua realidade é a realidade do trabalhador rural, apenas com uma vantagem a mais, a de possuir um dos meios de produção: a propriedade da terra. Mas ser proprietário de um “lote”, como se diz popularmente, não lhe traz automaticamente a condição de ser empresário capitalista, para isso ele teria que também possuir certo capital acumulado e condições de produção ampliadas, como ferramentas e tecnologias de alta produtividade, uma extensão mínima de terra para permitir ganhos de escala, além do uso do trabalho assalariado, o que seria uma grande contradição, já que um dos objetivos básicos da reforma agrária é o de contestar a relação de subordinação do grande latifundiário sobre o trabalhador rural.

Logo, a realidade do trabalhador rural, promovido a agricultor familiar pela reforma agrária, é a realidade da lógica do trabalho e não do capital.

Esse fato é facilmente confirmado quando refletimos sobre os diversos impedimentos que os beneficiários da reforma agrária enfrentam para auferirem algum tipo de renda. Assim, eles encontram dificuldades para obter uma boa produtividade da sua parcela (geralmente não tem acesso a conhecimentos e tecnologias de ponta, e tende a usar técnicas tradicionais ou rudimentares de cultivo), encarecimento dos insumos agrícolas, dificuldades no escoamento da sua produção e na obtenção de um preço justo

(principalmente levando em conta o baixo valor agregado da produção rural e a presença intensiva dos chamados “atravessadores”), e o item mais dramático, quando acontece perda da sua lavoura, por uma séria de motivos, o assentado é fortemente penalizando, vivendo uma situação crônica de insegurança alimentar.

O trabalho somente pode enfrentar tais hostilidades do mercado capitalista se estiver organizado de forma solidária e sistêmica, ou seja, como um **conjunto orgânico e articulado**. Com isso, é possível realizar compras de insumos numa posição de barganha mais favorável, obter ganhos de escala investindo em tecnologias e elementos de apoio para o usufruto de todos os agricultores familiares (como maquinários agrícolas, armazéns de estocagem, agroindústrias, entre outros, compartilhados de tal forma a também permitir ganhos de escala), e planejar melhor o tipo de produção conforme as demandas e especificidades locais, obtendo um melhor preço na venda, evitando assim a figura do “atravessador”.

O incentivo para a criação e o fortalecimento das cooperativas e associações de agricultores familiares já são apontamentos importantes de um desenvolvimento de outro tipo, podemos afirmar inclusive que são os primeiros passos na direção da proposta de economia solidária, mas a história do movimento cooperativismo já vem demonstrando que eles não são ainda suficientes para contrapor a lógica hegemônica, o que sugere, cada vez com mais força, a necessidade de criação ou invenção de novas instituições aglutinadoras da autogestão.

Dessa forma, podemos inferir que quanto mais avançadas forem as instituições articuladoras e agregadoras existentes da “economia solidária”, menos vulnerável estará o agricultor familiar frente à lógica do capital e das imposições dos grandes empresários e/ou da classe capitalista, sejam do agronegócio, sejam dos outros setores que participam da reprodução social.

Considerações finais

Credenciar a reforma agrária por meio de uma lógica de desenvolvimento solidário é um desafio imenso, uma vez que muitos dos elementos da proposta de “economia solidária”, como procuramos demonstrar aqui, ainda estão para serem descobertos e aprimorados, sua luta é histórica.

Porém mais importante que definir, a priori, a receita “salvadora”, pensamos que é necessário entender qual o nosso real objetivo, olhar para esse horizonte, e então desvendar o caminho a seguir, caminho este que deverá ser, ao mesmo tempo, construído e reconstruído nessa mesma caminhada, nessa mesma trajetória de mudança.

Se o objetivo da Reforma Agrária é a mudança social, não faz sentido ela ser implementada pela mesma lógica de desenvolvimento que, ao mesmo tempo em que exclui e explora o trabalhador rural, vem degradando sistematicamente os sistemas ecológicos de suporte a vida. É exatamente por isso que vemos na proposta de economia solidária ao menos uma provocação para outras estratégias, outras alternativas, mais condizentes com as necessidades concretas do trabalhador.

Posto a problemática da Reforma Agrária e as possibilidades da proposta de Economia Solidária, a perspectiva de mudança social passa a ser o nosso argumento central, justificando a trajetória do “desenvolvimento solidário”.

Se a reforma agrária precisa ser qualificada como uma política pública de mudança social, e a proposta de se constituir uma economia baseado na solidariedade significa uma projeto que implica, necessariamente, um arranjo econômico-institucional de outro tipo (condição para uma mudança social efetiva - mudança na lógica do mercado e na lógica da exploração do capital), inferimos que somente com o redesenho do conjunto das políticas públicas (em conjunto com suas instituições) no bojo da Reforma Agrária, é que poderemos viabilizar, a rigor, os seus objetivos essenciais. Dito de outra forma, como condição para que a Reforma Agrária aconteça de fato, será necessário redesenhar suas políticas numa perspectiva de desenvolvimento sócio-econômico solidário.

Referências Bibliográficas

BENINI, E. A. Economia Solidária, Estado e Sociedade Civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas? In: DAL RI, N. M. & Vieitez, C. G. Revista Organização e Democracia. Marília: Unesp, 2003.

BENINI, E. A. Políticas Públicas e Relações de Trabalho – estudo sobre o processo e natureza da denominada “Economia Solidária”, enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos. Dissertação (Mestrado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo: EAESP-FGV. São Paulo: 2004.

BENINI, E. G. Economia Solidária em questão – estudo sobre as possibilidades e limites de inserção e emancipação social no capitalismo, a partir de um estudo multicase. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS. Campo Grande: 2008.

BENINI, E. G. & BENINI, E. A. Economia Solidária nos Prismas Marxistas – revolução ou mitigação. Artigo apresentado no V Encontro Internacional de Economia Solidária - “O discurso e a prática da economia solidária” Universidade de São Paulo – NESOL. 2007.

CAMARGO, L. H. de. A ruptura do meio ambiente: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

DAGNINO, R.; NOVAES, H. As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros. 2005. Disponível em <<http://www.itcp.unicamp.br>> e <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 06 de jun de 2007.

DOWBOR, L. A reprodução social – propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis. Vozes, 1998.

DEJOURS, C. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: F.G.V., 1999.

DIEGUES, A.C.S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. In: São Paulo em Perspectiva: Desenvolvimento e Meio Ambiente. S. Paulo. Seade. Vol. 6, nº 1 e 2, pg. 22-29. 1992.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 1998.

FREITAS, M. C. A reinvenção do futuro. Bragança Paulista, SP: Contez, 1996.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GAIGER, L. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 02 de mar de 2007.

KLIKSBERG, B. O desafio da exclusão – para uma gestão social eficiente. São Paulo: FUNDAP, 1997.

KOSIK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MANZINI-COVRE, M. L. O que é cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MORIN, E. O Método 1 - a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. In: Francisco Menezes Martins e Juremir Machado da Silva (org), Para navegar no século XXI. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2000.

NOGUEIRA, M. A. Um Estado para a Sociedade Civil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

OLIVEIRA, A U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção de justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, F. de. A questão do Estado – Vulnerabilidade social e carência de direitos. São Paulo: Cadernos ABONG, Outubro, 1995.

PUTMAN, R. D. Capital social e desempenho institucional. In: Comunidade e democracia : a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, FGV, pp. 173-194, 1996.

SANTOS, M. Espaço & Método. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M & SOUZA, M. A. de (Orgs.). A construção do Espaço. São Paulo: Nobel, 1986.

SCHAWARTZMAN, S. Bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SINGER, P. Globalização e desemprego – diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, P. A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

VENOSA, R. (org.). Participação e participações: ensaios sobre autogestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987.